

Despacho n.º 2804/2016, de 15 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 24 de fevereiro de 2016.

2 — O presente despacho produz efeitos a 15 de agosto de 2016.

28 de julho de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

209776656

Despacho n.º 10122/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira para exercer funções de adjunta no meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto nas alíneas *a)* e *b)* do artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, o qual produz efeitos a partir de 16 de agosto de 2016.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

28 de julho de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira.

Data de nascimento: 27 de fevereiro de 1975.

II — Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, com média final de 14 valores;

Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, na Universidade Católica Portuguesa (1999/2000);

Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, no Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa (2004).

III — Formação Profissional:

Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública, promovido pelo INA, com classificação final de 19 valores (outubro/2008);

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), promovido pelo INA, com classificação final de 16,5 valores (dezembro/2010);

Formação complementar em várias áreas, essencialmente no âmbito do direito administrativo e do direito financeiro e orçamental.

IV — Experiência profissional:

Desde 2 de maio de 2016 até à atualidade exerceu as funções de adjunta do Gabinete de Sua Ex.ª a Secretária Adjunta e da Administração Interna;

Desde dezembro de 2009 até 1 de maio de 2016 exerceu o cargo de chefe da Divisão de Consultadoria, do Gabinete de Consultadoria Jurídica e Orçamental da Direção-Geral do Orçamento (DGO);

De fevereiro de 2008 até dezembro de 2009 desempenhou funções de assessoria jurídica no Gabinete de Consultadoria Orçamental da DGO. Durante este período desempenhou, nomeadamente, as seguintes funções: elaboração de estudos, pareceres e informações de carácter jurídico por determinação dos membros do Governo ou da direção da DGO, essencialmente no âmbito do regime jurídico e orçamental do setor público administrativo; elaboração de projetos de diplomas; colaboração com a equipa do projeto RIGORE na elaboração do módulo de contratação pública; integração da equipa de apoio jurídico do “Projeto BIORC — *Business Intelligence* Orçamento”; acompanhamento jurídico dos concursos públicos abertos pela DGO e implementação dos procedimentos decorrentes do Código dos Contratos Públicos; instrução de processos disciplinares;

De outubro de 2007 a fevereiro de 2008 exerceu as funções de Chefe de Divisão de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Mafra, com competências nas áreas de pessoal, formação, avaliação do desempenho, cadastro e remunerações, substituindo o Diretor do Departamento de Administração Geral, nas suas faltas e impedimentos;

Em maio de 2001 ingressou na DGO como técnica superior de orçamento e conta da área jurídica, da carreira de técnico superior de orçamento e conta, tendo sido nomeada definitivamente em maio de 2002, na sequência de aprovação em estágio (com a classificação de 19 valores). Em fevereiro de 2005, foi nomeada na categoria de técnico superior de orçamento e conta principal da mesma carreira. Desenvolveu funções de assessoria jurídica nos diversos domínios de atuação da DGO, designadamente: elaborando estudos e pareceres jurídicos, especialmente

no âmbito do direito administrativo e orçamental (muitos dos quais divulgados na base de dados Digesto); colaborando na elaboração de diplomas legais e regulamentares no âmbito da administração financeira do Estado (onde se incluem a lei do orçamento do Estado e o decreto-lei de execução orçamental);

Em fevereiro de 2000 ingressou na Direção-Geral dos Impostos (ex-DGCI), onde exerceu as funções de técnica de administração tributária adjunta.

V — Outras funções relevantes:

Formadora desde 2003, designadamente nas áreas da contratação pública, de recursos humanos e do direito orçamental;

Integrou a Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental de 2015 nomeada por Despacho de Sua Ex.ª a Ministra de Estado e das Finanças (Despacho n.º 10975/2014, de 13 de agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 165, de 28 de agosto);

Integrou o Grupo de Trabalho para a 5.ª Revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, nomeada por Despacho de Sua Ex.ª o Ministro de Estado e das Finanças (Despacho n.º 8065/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2010);

Assegurou, durante os anos de 2014 e 2015, o secretariado técnico do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras, que visa assegurar a coordenação entre as finanças das Regiões Autónomas e as do Estado;

Elaborou, em coautoria, uma compilação anotada de legislação da Contabilidade Pública, publicada pela DGO em parceria com a INCM;

Participou em diversos grupos de trabalho, designadamente no grupo de trabalho para a revisão do regime jurídico das alterações orçamentais e no grupo de trabalho para o acompanhamento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Integrou o júri de vários procedimentos concursais para seleção de pessoal, designadamente para cargos dirigentes, bem como o júri de procedimentos pré-contratuais de aquisição de bens e serviços.

209776648

Despacho n.º 10123/2016

Ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 229/2008, de 27 de novembro, e ouvidos os membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça, da cidadania e da igualdade de género, renova-se a comissão de serviço à licenciada Rita Baptista da Silva Penedo, para exercer as funções de chefe de equipa do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), por um período de três anos.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de agosto de 2016.

29 de julho de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

209776778

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna

Despacho n.º 10124/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a)* do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de Adjunta do meu Gabinete, a seu pedido, a licenciada Kátia Ruth Rodrigues e Aragão Ferreira, para o qual havia sido nomeada pelo Despacho n.º 6358/2016, de 2 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 13 de maio.

2 — O presente despacho produz efeitos a 15 de agosto de 2016.

29 de julho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, *Maria Isabel Solnado Porto Oneto*.

209776623

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 10125/2016

Lista N.º 48/16

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 21 de julho de 2016, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos